

CAPITALISMO E DEMOCRACIA: A CONCILIAÇÃO DO IMPOSSÍVEL?

CAPITALISM AND DEMOCRACY: CONCLILIATION OF THE IMPOSSIBLE?

Entretanto, jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar (BRAUDEL, 1987).

George Bronzeado de Andrade¹

Jeane Freitas Freitas da Silva²

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco – Brasil

Resumo: Este artigo pretende debater, em nível teórico, a relação do capitalismo atual (financeirizado) com a democracia, os gargalos enfrentados pelo regime democrático diante dos processos de desregulação dos mercados e o enfraquecimento do controle do Estado sob o fluxo do capital financeiro, veiculando predominantemente a literatura crítica ao capitalismo, discutindo, ainda, de forma marginal, a naturalização dos processos hegemônicos de formação de consensos próprios ao regime capitalista, e o consumismo e a reificação da sociedade no sistema comandado pelo capital.

Palavras-chave: Capitalismo. Democracia. Desregulação dos mercados. Consumismo.

Abstract: This article intends to discuss, at a theoretical level, the relationship of current (financially) capitalism with democracy, the bottle-necks faced by the democratic regime in face of processes of market deregulation and the weakening of state control under the flow of financial capital, predominantly the literature critical to capitalism, as well as the naturalisation of the hegemonic processes of consensual formation proper to the capitalist regime, and consumerism and reification of society in the capitalist system.

Key-words: Capitalism. Democracy. Market deregulation. Consumerism.

Recebido: 07/03/2019

Aprovado: 03/05/2019

¹ georgebronzeado@gmail.com

² jdinha.freitas@gmail.com

Introdução

O sistema capitalista tem gerado ao longo dos séculos, desde seu nascimento (apontado por muitos especialistas como a partir do fim do sistema feudal, ao final do Século XIV), uma série de crises (cíclicas) ou choques, sucedidos por aparentes períodos de estabilização. Crises profundas, como a de 1873, outras como o *crack* da bolsa de 1929 e, mais recentemente, a crise das hipotecas estadunidenses de 2008, têm apontado para um agravamento contínuo dos problemas que acabam minando o sistema capitalista por todos os flancos e âmbitos. Nesse sentido, tem-se verificado uma espécie de “falência”, ou melhor, tem-se observado uma deterioração do sistema, que se encontra atualmente no estágio de “financeirização” aguda.

Bresser Pereira assinala que, de 1948 a 1977, haveria a era de ouro ou os anos dourados do capitalismo e, de 1977 em diante, a fase da financeirização propriamente dita, o capitalismo encabeçado pelo setor financeiro, uma espécie de capitalismo intrinsecamente instável (PEREIRA, 2010, p. 54).

A fragilização do sistema capitalista gera um preço e funciona como uma espécie de “óbulo” medonho e dantesco, que é cobrado pelo próprio sistema (à semelhança de um terrífico Caronte – para usar uma imagem literária), que parece se autodevorar. Para alguns analistas, o sistema capitalista é comparável a uma serpente que devora sua própria cauda, ou ainda, como um ser que atua como um parasita, habitando seu hospedeiro (Estado), sugando-lhe a vitalidade e lhe amortecendo a vida. Pode-se aventar, nesse caso, ao modo marxiano, que as contradições do capitalismo tendem a dismantelar sua própria estrutura, dando cabo de sua própria vida como sistema. Essa é uma possibilidade aventada por certo naipe da literatura.

O capitalismo e os mecanismos que estruturam o seu funcionamento têm mostrado nas últimas décadas pontos de tensão que se revelam inconciliáveis com os preceitos defendidos pelas democracias modernas. Mesmo considerando que Bobbio (2000) advogue além-túmulo, por meio de partes de sua obra, que muitas das “promessas” da democracia nunca tiveram mesmo possibilidade de realização concreta, observa-se um recrudescimento impensável (mesmo para o liberal Bobbio) das incongruências entre os preceitos democráticos e as práticas do sistema capitalista. Ainda que se pense na poliarquia *dahliana* (DAHL, 2012), como uma espécie de democracia possível e realizável, menos idealizada e mais plausível, o sistema apresenta

sérias restrições e pontos de estrangulamento diante dos interesses de um capitalismo cada vez mais voltado para o lucro sem fronteiras, um capitalismo dado à exploração econômica com mínima ou nenhuma preocupação social ou ambiental, um sistema que parece ter constituído o Estado como apêndice das forças econômicas de grandes corporações e do grande capital especulativo-financeiro.

Alguns aspectos que estão a contrapor capitalismo e democracia serão ventilados neste artigo, veiculando-se eminentemente, ressalte-se, a literatura crítica ao sistema capitalista, tendo em vista que em outra oportunidade pretende-se tecer considerações sobre a outra banda da literatura, que enxerga pontos convergentes, harmônicos ou favoráveis no tange à relação entre o sistema capitalista e o exercício pleno da democracia pelos Estados modernos.

Saliente-se que o ponto de vista esposado por muitos autores nesse texto apresenta um viés que enxerga dicotomias problemáticas na relação “democracia *versus* capitalismo”. Esse fato, no entanto, não exclui outras interpretações divergentes que, em um futuro próximo, pretende-se trazer à baila como contraponto ao presente texto, como elemento de honestidade intelectual, ainda que estes articulistas entendam que os argumentos dos críticos do capitalismo são, em muitos sentidos, de maior contundência.

A presente análise se utiliza predominantemente da pesquisa bibliográfica e da metodologia qualitativa no estudo do tema. Pretende-se, portanto, abordar, sob o viés crítico, a questão da desregulação da economia pelo Estado, a “mercantilização” das relações humanas e o consumismo desumanizador, assim como a fragilização do Estado de Bem-Estar social pelo sistema capitalista.

1. A desregulação, o início de tudo.

A “cooptação” do Estado ou sua “captura” pelo modelo capitalista erigido pelo interesse das grandes corporações e a corrente dos rentistas espalhados pelo mundo, parece estar no epicentro que irradia a maior gama dos problemas gerados pelo movimento do capitalismo. Na fase de financeirização, o capitalismo “pós-moderno” da moeda “fictícia” tem imposto ao Estado pesados ônus, fazendo os interesses públicos se ajoelharem diante dos interesses privados dos grandes manipuladores do capital. A desregulação estatal do comando das “forças de mercado” (praticamente um

hayekianismo exacerbado) tem permitido uma espécie de controle ou ingerência do grande capital sobre as ações e políticas do Estado (COSTA LIMA, 2007, p. 29).

Um Estado que legitima e privilegia o liberalismo de mercado em detrimento da proteção coletiva dos seus cidadãos tende a depauperar a sociedade em termos políticos, sociais, econômicos, educacionais e de manutenção de sua saúde. Diagnósticos que radiografam a desestruturação do sistema pelos próprios mecanismos que põem em funcionamento a lógica do capitalismo se espalham pelo mundo, sob a pena de estudiosos, como Altvater (2010), Sreeck (2012), Bauman (2008), Harvey (2016), Chomsky (2017), Santos (2016), Souza (2015) e Costa Lima (2014), que se debruçam sobre o problema, questionando a suposta “simbiose” entre o capitalismo e a democracia. A relação “interdependente” entre o modelo econômico (capitalista) e a forma de regime político (democracia), propalada pelos estadunidenses, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, tem-se mostrado falsa e equivocada, diante da “via de mão única” que se instaurou na relação entre democracia e capitalismo, em que se observa o império e a sobreposição dos interesses deste (capitalismo) sobre os ideais daquela (democracia).

Alguns autores sugeriram, ainda nos imberbes anos noventa (pós-queda do muro de Berlim), como fez Held (1991), que a democracia e o Estado nacional não se degenerariam por estar sob o influxo diuturno da sociedade multinacional, multilógica e internacional, ainda que sofrendo interferências constantes de instituições regionais e globais, fosse na esfera política, cultural ou econômica (HELD, 1991, p. 160). Para Held (1991, p. 163), os papéis do Estado e da democracia deveriam ser repensados diante dos processos de interconexão econômica, política, legal e militar e, mesmo que a democracia viesse, em muitos sentidos, a ser limitada ou restringida por forças da globalização, não haveria que se falar em uma incompatibilidade inconciliável entre democracia e capitalismo. No entanto, o encarquilhar do tempo tem contrariado a tese de que a interconexão global (leia-se globalização) em face dos Estados nacionais é inerte.

Alguns dos efeitos nefastos do capitalismo que subjuga a própria democracia são observados quando se verifica a extirpação da competência exclusiva do Estado sobre políticas e ações públicas, solapadas pelo interesse do capital, tal qual também se referiu o próprio Held (1991). Nesse aspecto, a título de amostra, podem-se elencar alguns

gargalos, como a perda paulatina do controle do Estado “democrático-capitalista” do comando das políticas educacionais (em privilégio dos interesses econômicos); o “alijamento” do Estado em relação ao poder de exercer proteção e resguardo dos sistemas públicos de saúde, por meio de políticas públicas que invistam mais recursos financeiros na base do sistema (em detrimento dos interesses dos grandes conglomerados financeiros, que controlam “ocultamente” as empresas que vendem os caríssimos planos de saúde e dominam o setor farmacêutico); a perda de terreno cedido pelo Estado ao permitir o desmantelamento de uma rede de proteção assistencial e previdenciária dos cidadãos, com a redução de benefícios aos trabalhadores (em privilégio dos interesses mercadológicos que apregoam o “enxugamento” do Estado, Estado mínimo e reajuste fiscal); a abertura pelo Estado de portas para a flexibilização (leia-se também fragilização/precarização) de leis trabalhistas (em privilégio do grande capital, que busca diminuir cada vez mais seus custos de produção, reduzir gastos com verbas trabalhistas e “quebrar” qualquer proteção laboral possível que se oponha aos interesses econômicos); a despolitização da discussão sobre o controle econômico realizado pelo Estado (em privilégio do domínio do mercado sobre a política); dentre outras ações diluídas em processos ocultos, “invisibilizados” e, pior ainda, processos hegemônicos naturalizados que passam imperceptivelmente em “branco” no meio social.

Observa-se que, mesmo para quem não enxerga somente malefícios no processo de globalização e na expansão dos mercados capitalistas, há a necessidade urgente de uma reforma na governança global e na reversão dos problemas descritos no parágrafo anterior. Para Stiglitz (2002), o movimento capitalista da globalização tem trazido menos benefícios do que foi apregoado pelos seus defensores. No entanto, é possível tentar reequilibrar o jogo ou minimizar seus malefícios. Nesse aspecto, Stiglitz salienta a necessidade de uma ampla reformulação na governança global, defendendo entre outras medidas: intervenções estatais por meio do sistema bancário e de impostos; uma melhor regulação bancária adaptada às capacidades e às circunstâncias de cada país; e intervenção e regulação do setor financeiro (STIGLITZ, 2002, p. 287-290).

Além do retrato desolador de um Estado que vem sendo carcomido pelas forças de mercado, essa espécie de “deslegitimação” do Estado democrático em favor do liberalismo de mercado capitalista tem provocado fissuras profundas no sistema, o que

tem levado o sistema estatal à ruína. Nesse sentido, Streeck (2012) tem alertado para um colapso do sistema, uma falência que se tem dado gradualmente, um processo contínuo de desgaste que tende, em sua visão, a colapsar o modelo de democracia capitalista completamente. Streeck não acredita no fim apocalíptico do capitalismo (como um evento), mas compreende que o capitalismo enfrenta, há muito tempo, uma crise muito maior, uma crise sistêmica (STREECK, 2012, p. 38-40). Para ele, três fatores evidenciam a derrocada contínua do capitalismo: o aumento constante da desigualdade social, o aumento global do endividamento dos Estados e o baixo crescimento observado desde a década de 1970. Esse também é o diagnóstico de Chomsky (2017), que além de assegurar que a democracia tem sofrido severa restrição diante das imposições do capital, alerta para os mais altos índices de desigualdade já registrados na história do capitalismo (CHOMSKY, 2017, pp. 50-51).

Para Streeck, a agudização dos sintomas de fracasso do sistema capitalista deixa à mostra claras incompatibilidades com o modelo democrático, gerando tensões inconciliáveis à medida que os interesses do capital têm sido, cada vez menos, alvo de regulação pelo Estado. Streeck compreende que a legitimidade da democracia sempre esteve baseada no poder de regulação do Estado contra as forças de mercado, no intuito de proteger os interesses de seus cidadãos. Na medida em que o Estado passa à entidade “capturada”, “cooptada” (inclusive o seu espectro político – seja à “direita” ou à “esquerda”), pelos interesses dos capitalistas financeiros, esse Estado transfere legitimidade aos interesses do grande capital, favorecendo a política de desregulação, transformando keynesianismo em hayekianismo (STREECK, 2012, 40-45). Também, para Harvey (2016), as contradições do sistema capitalista tendem a produzir abalos no centro dos Estados democráticos, crises subsequentes que dão a entender que não haverá uma solução sem que haja a aniquilação da subsistência e da vida de milhões de seres humanos espalhados pelo mundo (HARVEY, 2016, p. 21).

Assim como Streeck, Chomsky e Harvey, também Bauman (1999) adverte para o perigo de uma espécie de “deificação” de um mercado intocável, supremo, não passível de qualquer intervenção estatal, “autoregulado” e soberano, em uma espécie de proteção institucional dada pelo próprio Estado aos interesses do grande capital financeiro, como assinalou Streeck (2012). Bauman nesse aspecto aponta:

Devido à total e inexorável disseminação das regras de livre mercado e, sobretudo, ao livre movimento do capital e das finanças, a

“economia” é progressivamente isentada do controle político; com efeito, o significado primordial do termo “economia” é o da “área não política”. O que quer que restou da política, espera-se, deve ser tratado pelo Estado, como nos bons velhos tempos – mas o Estado não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica: qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais (BAUMAN, 1999, p. 74).

Para muitos autores, como Avelã Nunes (2003), sem a conciliação proposta pelo keynesianismo não existe democracia possível ou democracia política que subsista ao avanço do capitalismo e da economia de mercado (NUNES, 2003, p.24). Para Nunes, o neoliberalismo manipulado pelo capitalismo produz uma necessária exclusão de responsabilidade por parte do Estado, negando políticas atinentes à justiça social, orientadas para a redução das desigualdades de riqueza e de rendimento, na busca de mais equidade (NUNES, p. 38). Nunes (2003, p. 55) anota nesse aspecto que

[a] ideologia da Nova Direita, que aponta como uma necessidade a redução do estado ao *estado mínimo*, a privatização de todos os serviços públicos, a desregulação das relações laborais, a limitação (eliminação) do poder dos sindicatos, a destruição do estado-providência, afigura-se-nos mera cobertura da necessidade de realçar um novo estilo de actividade do *Big Government*, por certo contra os “opressivos monopólios de trabalho”, mas não contra o *Big Business*, os grandes monopólios empresariais, os poderosos conglomerados multinacionais. É esta a lógica da política de globalização neoliberal comandada pelo capital financeiro neste nosso mundo unipolar.

Observa-se que Nunes enxerga como que um efeito de transbordamento (*spill over*) dos malefícios gerados pelo sistema capitalista para outras áreas ou outros campos da vida humana. Um aspecto salientado por Nunes, nesse sentido, é que a globalização instrumentalizada pelo capitalismo também é uma fenômeno de natureza cultural e ideológica (NUNES, p. 99). Cumpre observar, inferindo-se razões muito plausíveis no argumento de Nunes, que o capitalismo tem atuado de braços dados com a conformação de consensos ideológicos introjetados no meio social, naturalizando processos que escondem a violência simbólica de que tratou Bourdieu (2001). O capitalismo parece construir socialmente uma realidade moldada por interesses econômicos deletérios à cidadania sem que a sociedade nem ao menos suspeite disso, uma espécie de “formação hegemônica de consensos” gramsciana, em que a superestrutura revalorizada influencia e interfere na base da infra-estrutura marxiana, quase como se “a consciência

determinasse a vida” e não o contrário, como dispôs Marx (2002, p. 26), que declara o que segue:

Deste modo, a moral, a religião, a metafísica e todo tipo de ideologia, e as formas de consciência que lhes correspondem, perdem de imediato toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais mudam a sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. **Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência** (grifo dos autores).

Para Streeck (2012), a defesa de um “capitalismo democrático” no mundo Ocidental tem-se exaurido nas próprias contradições do sistema. A liberdade econômica apregoada pelas políticas neoliberalizantes tem grassado a democracia com golpes mortais. Para ele, a defesa de teorias tradicionais, como a da “escolha pública”, leva a crer que crises econômicas se originam basicamente de intromissões políticas que interferem nos mercados, visando atingir metas sociais. Nesse aspecto, as políticas públicas estatais ideais seriam aquelas que deixam os mercados livres de qualquer intervenção política e as “incorretas”, na visão do capital, seriam as que distorcem os mercados, derivando de um “excesso” de democracia. Ele aponta que essa visão “mercadológica” da democracia funciona da seguinte maneira:

Para funcionar de maneira adequada, o capitalismo requer políticas econômicas pautadas por normas, proteção de mercados, direitos de propriedade constitucionalmente resguardados de interferência política discricionária; autoridades regulatórias independentes; bancos centrais vigorosamente protegidos de pressões eleitorais; e instituições internacionais — como a Comissão Europeia ou o Tribunal de Justiça europeu (STREECK, 2012, p. 37).

Para ele, no “capitalismo democrático”, existe uma tensão que divide os dois princípios fundamentais que regem o sistema: o princípio do “livre jogo das forças de mercado” de um sistema liberal e o princípio que orienta os Estados a satisfazerem as demandas e direitos sociais das escolhas coletivas (STREECK, p. 37-8). Ocorre que a compatibilização dos princípios tem sido cada vez mais desequilibrada e há uma tendência perigosa de supremacia de uma utopia liberal da teoria econômica, em que a justiça social só pode prosperar em um ambiente de total liberdade e não interferência do Estado, inclusive no âmbito do mercado.

Para Pereira (2010), o capitalismo democrático, que atravessou seus anos dourados entre os anos de 1948 a 1977, mergulhou na década de oitenta em diante em um turbilhão de instabilidade provocado pelas políticas neoliberais evocadas em muitos sentidos pela era Thatcher/Reagan. Pereira assinala que enquanto a era “dourada” do capitalismo foi marcada por mercados financeiros regulados, estabilidade financeira, elevadas taxas de crescimento econômico e uma redução da desigualdade, o contrário ocorreu nos anos em que se impôs a política neoliberal, com taxas de crescimento decrescentes e desigualdade em crescimento (como apontou Streeck), instabilidade financeira e favorecimento ou privilégio dos 2% mais ricos de cada sociedade nacional (PEREIRA, 2010, p. 66). Para Pereira, não por acaso, o movimento contrarrevolucionário do neoliberalismo foi encabeçado pelos dois países desenvolvidos de pior desempenho econômico na década de 70, EUA e Reino Unido. Nesse período ascendem ao poder uma gama de financistas e rentistas que tratam de substituir o keynesianismo pelo *mainstream* ensinado nos cursos de pós-graduação das universidades, com a ascensão de teorias de economistas neoclássicos, como Milton Friedman e Robert Lucas, retomando Hayek e Buchanan.

Pereira (2010, p. 55) pondera que o capitalismo financeiro possui três características nefastas que o distingue das outras fases do capitalismo, quais sejam:

[...] um enorme aumento do valor total dos ativos financeiros em circulação no mundo como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros facilitada pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas. Outra maneira de expressar a profunda mudança dos mercados financeiros associada à financeirização é dizer que o crédito deixou de se basear principalmente em empréstimos de banco às empresas no contexto do mercado financeiro regular, para se basear cada vez mais em títulos negociados por investidores financeiros (fundos de pensão, fundos de hedge, fundos mútuos) nos mercados de balcão.

2. O consumismo, a mercantilização, o capitalismo e a fugaz democracia.

Um dos temas importantes que relacionam a fragilização da democracia com o avanço do capitalismo e o império do mercado se refere às estratégias, ou melhor, refere-se à “filosofia” naturalizada do consumismo introjetado na sociedade. A construção das

sociedades de mercado – e não com mercado, como diferenciou Polanyi (2000) –, introduziu a deletéria reificação ou coisificação dos seres humanos, mercantilizados e “objetizados”, escravizados pelo estímulo capitalista de eternizar a satisfação dos desejos. Por meio de uma espécie de “ideologia” do consumo, o capitalismo continua a replicar a sanha do lucro incessante que move o sistema e, assim, continua também a acender seus “fornos crematórios”. No entanto, queimando e descartando os próprios seres humanos, que, refugados como lixo, são manipulados pelo sistema diuturnamente.

Bauman (2005) assinala, tratando dos efeitos de mercado no capitalismo, que vige uma nefasta “moderna e consumista cultura da individualização”, que produz uma espécie de “refugo humano”, “pessoas mercantilizadas” que reproduzem, por sua vez, “relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente”, fruto da sociedade “descartável” do consumismo, que descarta os objetos do desejo pela obsolescência imediata e, nessa leva, faz das pessoas também um objeto dispensável, descartável (BAUMAN, 2005, p. 14-15).

Sobre o problema do consumismo, ele argumenta que existe, nos dias atuais, uma “sociedade de consumo” inspirada pelo modelo capitalista, que tem como esteio de suas reivindicações a promessa de satisfazer todos os desejos humanos em uma escala que nenhuma outra sociedade no mundo conseguiu, e que o grande estímulo para essa eterna inquietação é a perene perspectiva fomentada de um desejo que deve continuar insatisfeito (BAUMAN, 2008, p. 63).

Para Bauman (2008, p. 74), o que parece ainda mais perverso é que o mercado ou as leis de mercado capitalista impõem mecanismos que estimulam o consumo, não raras vezes, pelo medo da humilhação psicológica ou moral. Nesse sentido, ele afirma que mesmo os mais pobres da periferia do sistema são “coagidos” a gastar os poucos recursos que possuem com mercadorias das quais não necessitam ou que não fazem parte de suas necessidades mais básicas, visando fugir da total humilhação social e ridicularização, obrigados a consumir, em uma espécie de violência simbólica bourdieuana, como dito.

Para Bauman, esse tipo de “mecanismo do consumismo” denigre o sistema democrático e provoca retrocessos, reversões. Assim como Tilly (2007, p. 13) assinalou sobre a possibilidade de uma espécie de “desdemocratização” (possibilidade diante da permanente incompletude da democracia, entendida como um processo sempre em

construção), e também Bobbio (2000) e Dahl (2012), dentre outros, a versão do consumismo instaurado no tempo presente anuncia um confronto claro e patente com o Estado democrático e a dignidade da pessoa humana. Isto ocorre na medida em que a sanha consumista é estimulada pelo sistema capitalista, “desumanizando” a sociedade, fazendo-a refém do consumo irrefreável e livre, sob as “bênçãos” do liberalismo de mercado, que propugna o consumo em si como prova democrática da liberdade absoluta da sociedade, um mantra “positivo”, que aponta para o “progresso” da sociedade livre do “agulhão” repressor do Estado. Trata-se da soberania dos mercados sobre o Estado, processo naturalizado em consensos que são assimilados pela sociedade sem que ela mesma possa olhar-se mais acuradamente no espelho, percebendo sua real condição de oprimida. Recorre-se mais uma vez a Bauman, que destaca o que segue:

Em consequência, o mercado é, por assim dizer, mais soberano do que os soberanos políticos, muito mais providos e ávidos por autopromoção, já que, além de apresentar as sentenças de exclusão, não permite apelação. Suas sentenças são tão rígidas e irrevogáveis quanto informais, tácitas e raras vezes declaradas em público. A exclusão pelos órgãos de um Estado soberano é passível de objeção e protesto, de modo que há uma chance de ser anulada – mas não a deportação pelo mercado soberano, pois não há neste um juiz nomeado presidindo o julgamento ou uma recepcionista para aceitar os documentos de apelação, ao mesmo tempo em que não se fornece um endereço para o qual se possa remetê-los (BAUMAN, 2008, p. 86).

E, em outro trecho emblemático e imprescindível Bauman (2008, p. 87) aponta

A[a] inclinação do Estado enfraquecido a passar muitas de suas funções e prerrogativas para os lados, e não para cima, cedendo-as aos poderes impessoais dos mercados. Ou a rendição cada vez mais abrangente do Estado à chantagem das forças do mercado, contrariando as políticas preferidas e endossadas por seu eleitorado e tomando dos cidadãos o *status* de ponto de referência e árbitro final das propriedades políticas. O resultado dessa segunda tendência é a gradual separação entre o *poder de agir*, que agora flutua na direção dos mercados, e a *política*, que embora continue a ser domínio do Estado, é cada vez mais despida de sua liberdade de manobra e de seu poder de estabelecer as regras e apitar o jogo.

O processo de dominação estabelecido pelo capital por meio do mercado parece desconectar (para usar uma palavra da moda) os seres de suas realidades históricas, fazendo com que os indivíduos, e mesmo as coletividades, ajam conforme a hegemonia do capital e a filosofia consumista mercadológica. Por meio da formação de consensos

hegemônicos, o capital parece apontar para uma descontextualização e uma fragmentação do Ser de seu seio social, alienando-o para sua realidade, quase nos termos marxianos. Apontando para esta direção, Abreu (2008), um severo crítico do capitalismo, afirma que o sistema mantido pelas grandes corporações e organismos financeiros produz, em sua sanha cruel, uma indústria de massificação cultural em que se mistificam até mesmo campanhas filantrópicas, no sentido na verdade de manter o “*status quo*”.

Em campanhas de solidariedade mundial feitas por organismos a serviço do capital, age-se com paternalismo e clientelismo, sob o manto de “ações cidadãs” ou sob a égide do “compromisso social”, escondendo o interesse na manutenção da miséria, na perpetuação da desigualdade, na perenização de um sistema periférico depauperado e dependente das “migalhas” do mundo desenvolvido que, podendo resolver problemas monetários dos países subdesenvolvidos, não o faz porque não tem interesse (ABREU, 2008, p. 322-3).

Não é a toa que um ministro britânico vem a público, de forma extremamente seletiva, admitir que a Grã-Bretanha “aceitará” imigrantes de que “precisa ou tem necessidade”, excluindo uma imensa massa de desvalidos que não têm “o que oferecer” ao país. Ou seja, hospitalidade a “quem interessa”, ou “ao que interessa ao mercado”, ou, ainda pior, hospitalidade “a quem puder explorar”. Nega-se, assim, o princípio kantiano da hospitalidade cosmopolita, que se apregoa falsamente e com fartura por via institucional. No seu livro “A paz perpétua”, Kant anuncia o princípio da hospitalidade cosmopolita como dever de todo país republicano.

É interessante retomar a lição de Abreu (2008) e sua crítica à hegemonia de mercado, que fragiliza a democracia, precarizando “por tabela” a cidadania, que se torna passiva e pouco participativa. Abreu (2008, p. 315) argumenta, nesse aspecto, que

[n]o cenário atual de hegemonia consolidada e de ofensiva capitalista sobre o trabalho, o processo de ampliação e de democratização da cidadania perdeu sua fonte de energia e seu fôlego histórico. Sem a força organizada dos que vivem do seu trabalho, a economia política do capital voltou a avançar sobre a economia política do trabalho e sobre as resultantes de vida civilizada engendradas durante o período de ofensiva dos trabalhadores e demais subalternos: os compromissos com o bem-estar e com a progressiva democratização da vida social, introduzidos no estatuto da cidadania, cedem terreno à mera subsunção dos indivíduos e de toda a humanidade, que ainda permanece muda ao reino cego da competição e da selvageria.

Woods (2001) observa, assim como fez Bauman (2008), que o capitalismo se arraiga e se lança em outras dimensões da vida cotidiana como forma de dominação. Para ela, o capitalismo seria definido por tornar todas as ações, inclusive às de cunho sentimental e afetivo, passíveis de um valor expresso no mercado. Assim como a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria no capitalismo, todas as necessidades mais básicas da vida ficam “à venda” no Estado capitalista, em que tudo gira em torno da competição e da maximização do lucro (WOODS, 2001, p. 12).

Diagnóstico semelhante fora apontado por Polanyi (2000), quando afirma que tanto a natureza e o meio ambiente quanto o ser humano foram paulatinamente transformados em objeto de comércio ou mercadoria, sujeitando-se humilhanamente aos processos ou aos mecanismos capitalistas de troca (POLANYI, 2000, p. 156-158). Polanyi (2012) também adverte que a democracia se encontra encurralada ou restrita aos seus mais justos limites, tendo em vista os fardos impostos pelo mercado ao sistema democrático, quando “[...] aspectos gerenciais, elitistas e autoritários do corporativismo substituíram cada vez mais os aspectos pluralistas, cooperativos e de bem-estar social” (POLANYI, 2012, p. 28).

Em abordagem sobre a conciliação entre democracia e capitalismo, Santos (2016) assegura que a grande questão debatida na primeira metade do Século XX, inclusive nos estudos de Mariátegui, era a luta entre a democracia e os regimes nazifacistas. Após a Segunda Guerra Mundial, até o início da década de 1990, o foco de tensão passou a ser a busca em saber se o capitalismo suplantaria o seu suposto anverso, o regime “comunista”. Com a “vitória” do modelo capitalista no fim da “guerra fria”, os olhares voltam-se para a compatibilidade de um modelo econômico que esgarçava cada vez mais fundo o tecido social/institucional do Estado em busca de lucros cada vez maiores e incessantes e os ideais democráticos de justiça, igualdade, prosperidade para todos, direito a um meio ambiente saudável e equilibrado, eliminação da miséria, dentre outros postulados que emanam do ideal democrático (SANTOS, 2016, p. 122).

Para Santos (2016, p. 124), a democracia sobrevive em patamares mínimos de qualidade, sobretudo na periferia do sistema, e certa eliminação da tensão entre democracia e capitalismo se deu pela perda de capacidade do Estado de promover políticas de bem-estar social, abdicando de preceitos essencialmente democráticos, para

realizar-se como uma democracia de baixa intensidade, elitista e meramente procedimentalista e, ainda, saturada por infundável corrupção.

Para ele, há necessidade de democratizar a democracia e libertá-la de novos “colonialismos” impostos pela sanha capitalista, sendo necessário democratizar, desmercantilizar e descolonizar a democracia, pois, de outro modo, não há sustentabilidade prática para convivência entre democracia e capitalismo (SANTOS, 2016, p. 178-9).

Santos compreende a fase atual do capitalismo como um novo colonialismo, o que chama de nova acumulação de capital por despossessão violenta que retorna às metrópoles, com furtos de salários e pensões, transferências ilegais de fundos coletivos para resgatar bancos privados e impunidades ao gangsterismo financeiro (SANTOS, 2016, p. 178). Ele questiona, nesse ponto, questões que *dicotomizam* capitalismo e democracia:

Por que a atual crise do capitalismo fortalece quem a causou? Por que a racionalidade da “solução” da crise se assenta nas previsões que faz e não nas consequências que quase sempre se desmentem? Por que está a ser tão fácil ao Estado trocar o bem-estar dos cidadãos pelo bem-estar dos bancos? Por que a grande maioria dos cidadãos assiste ao próprio empobrecimento como se fosse inevitável e ao enriquecimento escandaloso de poucos como se fosse necessário para sua situação não piorar ainda mais? Por que a estabilidade dos mercados financeiros só é possível à custa da instabilidade da vida da grande maioria da população? Por que os capitalistas individualmente são, em geral, gente de bem e o capitalismo, no todo é amoral? Por que o crescimento econômico é hoje a panaceia para todos os males da economia e da sociedade sem que se pergunte se os custos sociais e ambientais são ou não sustentáveis? Por que Malcom X estava cheio de razão quando advertiu “se não tiverdes cuidado, os jornais convercer-vos-ão de que a culpa dos problemas sociais é dos oprimidos, não de quem os oprime?” Por que as críticas que as esquerdas fazem ao neoliberalismo entram nos noticiários com a mesma rapidez e irrelevância com que saem? (SANTOS, 2016, p. 179-80).

É preciso lembrar que também é provável que, para que a lógica do sistema capitalista continue a funcionar no “mercado das ideias”, haja uma sólida construção social que projete valores “fictícios” na sociedade e perpetue a vontade do mercado sobre os valores democráticos sem que se perceba. Nesse sentido, Souza (2015) aponta que a dimensão simbólica do capitalismo é parte importante para deteriorar o Estado democrático. Para ele, atores individuais ou coletivos produzem e reproduzem

consensos sociais que dão sustentação aos interesses econômicos e que vão muito além deles.

Para Souza, analisando a situação brasileira, que em muitos termos é a mesma de muitos países em desenvolvimento pelo mundo (em que o trabalho de 99% da população se transfere em grande parte para o bolso do 1% mais rico), a “[...] violência simbólica só é possível pelo sequestro da ‘inteligência brasileira’ para o serviço, não da imensa maioria da população, mas do 1% mais rico, que monopoliza a parte dos bens e recursos escassos” (SOUZA, 2015, p. 10).

Ele alerta para que se compreenda que a análise da dominação capitalista não deve reduzir-se a uma espécie de “economicismo”, mas precisa englobar outras dimensões, como a dimensão simbólica. Ele argumenta, nesse aspecto que:

[a]penas quando, como faz o senso comum, todo esse universo é “naturalizado”, e não percebido como construção histórica, é que, por exemplo, os interesses eventuais das frações de capital passam a representar a única referência da análise social. Isso significa dizer que não existe uma lógica “material” e econômica que se contrapõe a uma lógica “simbólica” não econômica. A lógica econômica também é perpassada pela dimensão simbólica, a qual, por sua vez, possui um fundamento material. Essa separação entre “material e “simbólico” é meramente analítica (SOUZA, 2015, p. 115).

3. “O capitalismo dependente do Estado” e “O mercado desarraigado”. O aprofundamento da crítica: de Braudel a Altvater.

Braudel (1987) oferece uma visão peculiar, talvez até um contraponto, em sua concepção do sistema capitalista, que merece ser veiculada pelo caldo teórico de sua verve. Ele defende que o triunfo do capitalismo só é possível com a identificação do sistema econômico com o Estado, quando ele, o capitalismo, é o Estado (BRAUDEL, 1987, p. 25). Nesse sentido, ele argumenta que existiram condições sociais para o avanço do capitalismo no Ocidente, uma espécie de “fraqueza”, ou “neutralidade”, ou ainda “complacência” por parte do Estado (BRAUDEL, p. 28).

Para Braudel (1987), o capitalismo, sua evolução e seus mecanismos estão associados a uma história geral do mundo que parece desdobrar-se desde antes do fim do regime feudal, embora não tenha recebido o epíteto (de capitalismo), de modo que o “capital” e os desdobramentos em torno dos negócios e trocas já giravam em torno do lucro e acumulação. Braudel acrescenta, nesse sentido, que a natureza do capitalismo

não mudou radicalmente com o passar dos anos, embora tenha assumido algumas características em suas fases. Ele afirma que o capitalismo sempre se comportou como monopolista e mercadorias e capitais nunca deixaram de ser transportados simultaneamente,

tendo os capitais e o crédito sido sempre o meio mais seguro de alcançar e forçar um mercado exterior. Muito antes do século XX, a exportação de capitais foi uma realidade cotidiana, para Florença desde o século XIII, para Augsburg, Antuérpia e Gênova no século XVI (BRAUDEL, p. 40-1).

Braudel assinala que o capitalismo congloba três elementos que provam que sua natureza não mudou, apenas adequou-se à época vigente:

Três provas vêm em meu apoio:

- O capitalismo permanece fundamentado numa exploração dos recursos e das possibilidades internacionais, por outras palavras, existe em dimensões mundiais ou, pelo menos, tende para o mundo inteiro. Sua grande tarefa atual: reconstituir esse universalismo.
- Apoia-se sempre, obstinadamente, em monopólios de direito ou de fato, apesar das violências desencadeadas a esse respeito contra ele, A *organização*, como se diz hoje, continua a fazer funcionar o *mercado*. Mas é errôneo considerar que seja esse um fato verdadeiramente novo.
- Mais ainda: apesar do que habitualmente se diz, o capitalismo não abrange toda a economia, toda a sociedade que trabalha; jamais encerra uma e outra num sistema, o dele, e que seria perfeito: a tripartição de que falei antes – vida material, economia de mercado, economia capitalista (esta com enormes adjunções) – conserva um surpreendente valor atual de discriminação e de explicação (BRAUDEL, 1987, p. 41).

Nesse prisma, também Fiori (2014) aponta para a ideia de um capitalismo que só existe ou só é possível dentro da estrutura do Estado ou que é permitido por ele. Em Fiori, a autonomia do capital financeiro é “relativizada” no sentido de que o Estado tem permitido e alimentado o mecanismo de autodomação (FIORI, 2014, p. 117). No mesmo sentido parece apontar Harvey (2005), quando assinala o papel central do Estado na manutenção das estruturas malignas que perpetuam o capitalismo, o que Polanyi (2000), por sua vez, alcunhou de “moinho satânico”. Esse “moinho” se desenharia em uma permissão do Estado, legitimando os mecanismos que tornam o ser humano uma “moeda” de troca, no jogo da oferta e da procura estabelecido pelo mercado, assim como apontou Bauman (2005). Nessa perspectiva, a permissão ou

cooptação do Estado democrático, que permite o desmantelamento de sua própria estrutura pela desregulação da economia, leva ao desgaste paulatino da democracia.

Dessa forma, o império do mercado sobre o Estado orienta para uma espécie de liberalismo “meritocrático” falso, o aprofundamento da desigualdade por um sistema que amplia o aumento da renda dos que já têm muito e precariza ainda mais os subsídios dos que têm bem pouco, além de “vender” e “despolitizar” setores estratégicos do Estado à mercê dos interesses do grande capital. A grande questão nesse ponto, proposta por Braudel, Fiori e Harvey, é que Estado, capitalismo e mercado estão imbricados, mas questiona-se como esse capitalismo, que depende das estruturas do Estado para sobreviver, pode conviver com o organismo vivo sem destruir o seu hospedeiro.

Em um diagnóstico semelhante ao de Polanyi (2000), Costa Lima (2014) assinala que existe um entrelaçamento fundamental entre a economia e a política no sentido da manutenção da dominação do mercado pelo Estado. Para ele (2014), na linha do que propõe Braudel, Harvey e Polanyi, o neoliberalismo tem sido pródigo em apregoar a ideia de um Estado que é exterior ao mercado, mas na verdade a “vitória” ou o “triumfo” do mercado não existiria sem a interferência política e o poder estatal (COSTA LIMA, 2014, p. 56). Além de mostrar que essa ofensiva neoliberal começa no fim dos anos de 1970, adentrando pela década de 1980, com os governos Reagan e Thatcher, Costa Lima (2014, p. 56) aponta que

A[a] figura do Estado, como foi antevista por James O’Connor, passa a sofrer um forte ataque midiático, sempre no sentido de proclamar a sua inoperância, a sua falta de agilidade e a atitude imprevidente de fazer gastos além de suas possibilidades. Estabelecia-se assim o “mantra” propagado por toda grande imprensa e propulsado pelas escolas de administração e economia dos Estados Unidos, na defesa arraigada do mercado. Em resumo, essa ofensiva consistiu precipuamente em quebrar o conjunto das instituições e das relações sociais que constrangiam o capital. Essas instituições e suas relações tinham capacidade para frear a liberdade de ação do capital, asseguravam aos assalariados os elementos de defesa contra seus empregadores, garantiam o pleno emprego no período chamado keynesiano e uma proteção social para a maior parte da população, ao menos no centro do sistema.

Para Costa Lima, o capitalismo tem deixado marcas deletérias e permanentes que, em muitos sentidos, podem ser tomadas como enfraquecedoras da democracia. Isso tem

sido uma constante sob o influxo do regime capitalista, como taxas muito baixas de crescimento do PIB; diminuição e contenção de políticas de bem-estar social, associadas à desregulação do mercado; altos patamares de desemprego estrutural nos países da OCDE, associados a formas de empregos temporários de baixa remuneração com aumento da pobreza; aumento da desigualdade entre países ricos e pobres; conjuntura mundial instável provocada por abalos ou sobressaltos financeiros com elevado nível de contágio global; marginalização de regiões inteiras do planeta com relação ao comércio internacional; deflação aberta e crescente entre os países industrializados, dentre outros problemas que desconstroem o Estado de bem-estar social (COSTA LIMA, 2014, p. 48). Ou seja, em uma metáfora baumaniana, a serpente devora a própria cauda.

Na mesma toada e diapasão de Costa Lima, Chesnais (1999), já no fim da década de noventa, mostrava sua preocupação, à época, com a desregulação dos mercados e a falta de controle e tributação do capital financeiro. Chesnais aponta que a especulação criada pelo capital financeiro é uma fonte constante de instabilidade para o Estado e, conseqüentemente, deduz-se, para a democracia estatal. Para ele (1999, p. 41-2), a especulação se dá quando instituições financeiras obtêm lucros modificando a estrutura ou a composição do compartimento de divisas e ativos monetários a curtíssimo prazo, ou vendendo as moedas cujos preços estão em baixa e comprando aquelas cujos preços estão em alta, em uma espécie de “economia cassino”, uma “globalização corporativa” ou, como assinalou Perkins (2005, p. 15), espiritualmente, de “corporatocracia”. Chesnais acena para a possibilidade da instituição de um tributo (taxa Tobin) sobre as transações nos mercados de câmbio como uma maneira de minimizar o efeito nefasto do capital financeiro sobre o Estado, restabelecendo uma forma de regulação pública internacional. Nesse aspecto, ele (1999, p. 12-3) declara:

Tributar as operações de câmbio para penalizar a especulação, controlar o movimento de capitais de curto prazo significa fazer uma séria advertência política aos principais agentes econômicos e afirmar que o interesse geral deve prevalecer sobre os interesses particulares e a necessidade de desenvolvimento sobre a especulação internacional. A maior estabilidade financeira internacional decorrente da aplicação do tributo sobre as operações de câmbio teria uma importância especialmente significativa para os países com moedas fracas, sujeitos, ao mesmo tempo, às conseqüências da instabilidade das moedas fortes.

Em um balanço realista dos efeitos deletérios da financeirização do capital mundial na conjuntura política, Chesnais argumenta que as crises financeiras, que se sucedem já há um bom tempo, geram catástrofes, como desnutrição, doenças, fome, desemprego em massa, precarização do trabalho, aumento no número dos sem-teto, dos que lutam por seus direitos e, essas “hecatombes”, não são de modo algum episódios “naturais”. Chesnais (1999, p. 70) assegura que

[e]stas catástrofes não são “naturais”. Elas afligem as populações marginalizadas e excluídas do círculo da satisfação das necessidades elementares, a base da civilização, devido à sua incapacidade de transformar suas necessidades imediatas em demanda factível, em demanda monetária. Esta exclusão é, portanto, de natureza econômica. Mais recentemente em certos casos, ela se agravou enormemente em todos os países em relação à situação dos anos 70. Ela é produto direto do regime de acumulação com predominância financeira nascido da desregulamentação e da liberalização.

O “destróçamento” ou a “destruição” do Estado e das bases da democracia parece iniciar-se em epigênese, na década de 1970, com o desmantelamento do sistema de *Bretton Woods* e a desvinculação do dólar ao ouro, vindo a reboque de uma contrarrevolução neoliberal contra o Estado keynesiano. Nesse contexto, ganham relevância o processo de desregulamentação, liberalização e privatização. Esta, consequência das duas primeiras, leva à extirpação dos bens do Estado, com a consequente transformação dos cidadãos (que tinham direito livre e gratuito a estes bens) em consumidores, que só podem se utilizar dos serviços por meio do pagamento de quantias monetárias que dependem do seu poder aquisitivo, que é cada vez mais baixo, e esse parece ser um fator que denigre a democracia, macula sua imagem e a incompatibiliza com o capitalismo de mercado.

Para Altvater (2010), o mercado ou a força (leis) do mercado tem causado um efeito de “desarraigamento”. O mercado “se desarraiga” da sociedade. Ou seja, significa dizer que o “cálculo do capital” e o princípio do lucro têm determinado uma espécie de ação de agentes econômicos sobre a sociedade e o Estado, fragilizando-os. Para Altvater, erigiu-se uma espécie de capitalismo que se manifesta como uma seita ou religião, como uma espécie de idolatria do mercado (ALTVATER, 2010, p. 177). Ele coloca em termos percentuais as disparidades chocantes provocadas pelo capitalismo financeirizado e desregulado e, apesar do tamanho do excerto, torna-se imprescindível (ALTVATER, 2010, p. 178-9) reproduzir a lição:

Desde a década de 1970, os índices de crescimento de produtos financeiros são literalmente estonteantes (ver Enquete-Kommission 2002; Huffschmid 1999). Estima-se que a cada dia útil são processados em média 1 bilhão e 900 bilhões de dólares. Em comparação com isso, as exportações de mercadorias perfazem 9 trilhões de dólares por ano (Deutsche Bundesbank, Relatório Mensal de julho de 2005, p. 29s.). Se supusermos 250 dias úteis por ano, esse volume é inferior a 2% dos negócios com divisas. Os 98% restantes são negócios puramente financeiros, relacionados apenas de modo mediato com a economia real[...]. No período de 1990 a 2003, nos países industrializados triplicaram os créditos financeiros diante do exterior e as obrigações externas em comparação com o PIB (IMF 2005, p. 109 ss.) Como causas, o FMI menciona os custos radicalmente menores de comunicação e transportes, bem como a redução das restrições. A UNCTAD apresenta uma listagem mais precisa: no período de 1991 a 2003, 114 alterações na regulação dos investimentos estrangeiros diretos por parte dos Estados-nação foram desfavoráveis para grupos transnacionais, mas 15 vezes mais alterações na regulação, a saber, 1.771 alterações foram mais vantajosas para eles (ALTVATER, 2010, p. 178-9).

Ao mesmo tempo em que caminha a financeirização, o neoliberalismo fala em “cortes”, “ajustes fiscais” necessários para que se mantenha a “boa governança” e o Estado se permaneça de pé. Isso é feito a um custo altíssimo, que implica redução de benefícios sociais, precarização de direitos, pesadas reduções de gasto em infra-estrutura e no setor de saúde, congelamento ou reduções de salários de funcionários públicos e trabalhadores de um modo geral, afligindo mais ainda a população depauperada dos países em desenvolvimento, sobretudo porque se vê minada por todos os lados por uma violência absurda perpetrada com aval do Estado “cooptado”. Mais uma vez, visualiza-se uma incompatibilidade patente entre os ideais da democracia e o sistema imposto pelo capitalismo.

Enquanto a democracia apregoa e estimula, ainda que idealmente (e pensemos na poliarquia de Dahl como limite do possível mais uma vez), a justiça social, a redução da pobreza e desigualdade, a proteção ampla de direitos sociais (entre eles os assistenciais como saúde), moradia, vestuário, lazer, alimentação e salários dignos (dignidade da pessoa humana), o capitalismo estatal implementado, grassa e carcome tudo o que a democracia construiu amparada no Estado de Bem-Estar Social.

Nesse sentido, trazendo Costa Lima de volta ao texto, a título de significativo exemplo, ele assevera que, na peça orçamentária de 2013 do governo brasileiro, o mesmo havia reservado a vetusta e quase inacreditável quantia de 900 bilhões de reais

(que correspondia à fatia gigantesca de 42% do orçamento geral da União) dispensados para o pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto para educação, saúde e reforma agrária fora reservada a ínfima quantia (se comparado com o reservado para pagamento da dívida) de R\$ 71, 7 bilhões (educação); R\$ 87,7 bilhões (saúde) e R\$ 5 bilhões (reforma agrária) (COSTA LIMA, 2014, p. 73-4). Trata-se, como se verifica, de um Estado “assaltado” literalmente pelas forças de mercado. Nesse panorama, a democracia degrading e tende a se esvaír diante dos interesses do capitalismo. Porém, mais uma vez, pergunta-se como sobreviveria esse capitalismo sem os mecanismos institucionais mínimos do Estado democrático.

Deve-se lembrar da lição de Altvater, que em um tom de alerta triste e sarcástico, anuncia que a “boa governança” está longe de ser “boa” para todos, não sendo boa para os funcionários públicos, nem para os beneficiários de rendas de transferências, porém sendo extremamente favorável para empresas (muitas transnacionais) e para o capital especulativo (ou melhor dizendo, os especuladores). Altvater traz à memória a mitológica história do Prometeu acorrentado (em oportuna metáfora) e afirma que mesmo que o mercado reverbere o seu desacoplamento do Estado, ainda está associado a ele, preso à rocha da política, às bases da sociedade e da cultura. E, embora os atores do mercado (e os mercados financeiros, sobretudo) queiram quebrar as correntes desse “Prometeu” acorrentado às rochas do penhasco, ainda estão vitalmente associados a ele (Estado) (ALTVATER, 2010, p. 186).

Lembrando Levitsky e Ziblatt (2018, p. 14-15), as democracias não mais fenecem por força dos canhões e pujança dos exércitos, mas muito mais pela desnaturação do sistema democrático, perpetrada paulatinamente com o aval dos representantes políticos eleitos, o que, nesse caso, pode também se dar pela entrega política do Estado aos interesses do capital e seus capitalistas. A grande questão a ser desvendada permanece: até que ponto os Estados e suas democracias resistirão a esse capitalismo que, imbricadamente associado ao Estado, carcome os tecidos do ser que habita?

Conclusão

A literatura crítica do capitalismo tem demonstrado que o sistema capitalista se autodevora e desintegra o sistema estatal pouco a pouco, solapando as conquistas

sociais, desestruturando os valores culturais, despolitizando a política e naturalizando a “ética” do mercado livre e, conseqüentemente, “derretendo” as bases de modelos democráticos existentes. A financeirização do capital e a desregulação dos mercados parecem passos irreversíveis rumo à “desumanização” das sociedades, automatizadas e cegas para os processos neoliberalizantes, reduzindo o ser humano ao fantasma do “*homo economicus*”.

O capitalismo, por meio do fenômeno do consumismo, como apontado, também descaracteriza e despersonaliza a sociedade, que se volta para o consumo desnecessário e inútil, coisificando-se e sendo tratada pelo sistema como refúgio humano, na expressão de Bauman. Esse viés do capitalismo (o consumismo) é um dos últimos estágios de deterioração do sistema e uma das mais recentes tragédias da humanidade, ainda que não seja percebida em sua perniciosidade. O fenômeno nefasto do consumismo é um mal provocado pelo avanço do modelo capitalista, cada vez mais sem “peias” e “arreios”, um avanço permitido e consentido pelo Estado, que insiste em se ausentar cada vez mais de si mesmo e, assim, ausentar-se da sociedade que lhe dá a vida. Por essa razão, o capitalismo parece repelir a democracia e vice-versa e, como água e óleo que não se misturam, incompatibilizam-se diante dos princípios defendidos por cada modelo de governança político-econômico.

O que pode apontar, no entanto, para alguma chance de reversão do quadro atual, ainda que minimamente, é que, como indicado, mesmos os capitalistas mais “desajustados” dependem (as grandes corporações e os grandes bancos sabem disso) da legitimação do Estado para sua atuação, assim como precisam da força e do controle estatal para a manutenção da mínima ordem, para que possam continuar a “usufruir” seu lucro exorbitante às custas de populações inteiras pelo mundo. Não existiria capitalismo sem Estado, e Estado democrático, sobretudo.

Aqui, a referência a capitalismo e Estado democrático como elementos lógicos não considera o caso peculiar chinês, que é encarado por muitos autores como uma espécie de “socialismo de mercado”, ou como um “capitalismo à moda chinesa”, sendo um caso atípico que merece um estudo apropriado e aprofundado, tema para outro artigo a ser abordado. Adota-se, aqui, ao imbricar capitalismo e democracia, o parâmetro assumido liberalmente por Bobbio, para quem não haveria Estado liberal (e capitalismo) sem democracia, nem democracia sem Estado liberal.

Se o capitalismo, contudo, continuar a recrudescer sua sanha de mercado e lucro, o Estado, que já não é garantia e porto seguro de milhões de cidadãos “órfãos”, deixará de exercer também sua tutela e guarida às próprias relações capitalistas, que podem esfumaçar-se sem o controle estatal. Poderá haver questionamentos mais severos (embora não se acredite em revoluções), posturas mais duras e até com viés de confronto (como parece estar acontecendo), o que ameaça a segurança e a confiabilidade para que capitalistas possam continuar cultivando seus “negócios”. Talvez, nessa perspectiva, os “capitalistas” resolvam retroceder um pouco, diante do que podem perder com o avanço desenfreado do modelo “econômico-político” imposto até agora.

É preciso defender, conforme Samuelson e Nordhaus (1988), que “o relógio da história volte para trás”, pois o Estado keynesiano, desde sua instituição, tem servido como elemento de regulação estrutural do capitalismo contemporâneo, fazendo com que se permita alguma conciliação entre duas condições essenciais à sobrevivência do ser humano e do próprio sistema, ou seja, garantir a acumulação do capital e ao mesmo tempo salvaguardar a sua legitimação social mínima. Para que o capitalismo continue em seus “extertores” de morte, por mais algumas décadas, precisa inevitavelmente da mão “visível” do Estado, a controlar, regular e dar garantias (inclusive a segurança física e patrimonial) para que o sistema continue a funcionar, e por isso, não é possível admitir a morte de keynes, em referência ao ensaio de Robert Lucas, “A morte de Keynes”, em que ele discute a questão da morte do Estado keynesiano e é usado aqui, de propósito, no sentido contrário ao que propõe Lucas.

Por quanto tempo ainda essa tensão entre capitalismo e democracia resistirá não se sabe ao certo, ou se haverá alguma espécie de conciliação, mas o sistema internacional já dá mostras de que “cordas” tensionadas em demasia têm arrebentado na Europa das migrações e da xenofobia crescente, no Oriente Médio dos conflitos étnicos e belicosos, assim como no constante depauperamento do continente africano sempre relegado, enquanto nas terras americanas o fenômeno da direita desreguladora avança com a pauta liberal a favor do capitalismo total.

Referências

ABREU, H. (2008) **Para além dos direitos. Cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- ALTVATER, E. (2010) **O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BAUMAN, Z. (1999) **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2005). **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2008) **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOBBIO, N. (2000) **O futuro da democracia**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- BOURDIEU, P. (org.). (2001) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes.
- BRAUDEL, F. (1987) **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco.
- CHESNAIS, F. (1999). **Tobin or not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos**. São Paulo: Editora UNESP, ATTAC.
- CHOMSKY, N. (2017) **Réquiém para o sonho americano: os 10 princípios de concentração e riqueza & poder**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- COSTA LIMA, M. F. da. (2007) Desenvolvimento e Globalização na periferia: O elo perdido. **Perspectivas**, 32: 15-46.
- _____. (2014) Crise sistêmica, desordem mundial, financeirização e Estado: desafios e oportunidades para os países emergentes. **Teoria & Pesquisa**, 23 (1): 47-77.
- DAHL, R. A. (2012) **Poliarquia: Participação e Oposição**. 2 ed. São Paulo: Edusp.
- FIORI, J. L. (2014) **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo.
- HARVEY, D. (2005) **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2016) **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo.
- HELD, D. (1991) A democracia, o Estado-Nação e o sistema global. **Lua Nova**, 23: 145-94.
- KANT, I (1988). **A paz perpétua e outros opúsculos**. Trad. A. Morão. Lisboa: E. 70.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018) **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, Karl. (2002) **A ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro.
- NUNES, A. J. A. (2003) **Neoliberalismo e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Renovar.
- PEREIRA, L. C. B. (2010) A crise financeira global e depois: Um novo capitalismo?. **Novos Estudos – CEBRAP**, (86): 51-72.
- PERKINS, J. (2005) **Bekanntnisseines Economic Hit Man**. Munique: Riemann.
- POLANYI, I. (2000) **A grande transformação. As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. (2012) **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto.

SAMUELSON, P.; NORDHAUS, W. (1988) **Economia**. 12ª ed., Lisboa: McGraw-Hill.

SANTOS, B. de S. (2016) **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo.

STIGLITZ, J. E. (2002) **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura.

SOUZA, J. (2015) **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya.

STREECK, W. (2012) As crises do capitalismo democrático. Dossiê Crise Global. **Novos Estudos** – CEBRAP, (92): 35-56.

TILLY, C. (2007) **Democracy**, Cambridge University Press.

_____. (2014) How Will Capitalism End?. **New Left Review**, (87): 35-64.

WOODS, E. M. (2001) **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar.